

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Fio Direto

SUELY ARANTES

OS que disputam gestão do Hutrin são suspeitas de irregularidades em dois estados

- Entre as organizações sociais que disputam a gestão do Hospital Estadual de Urgências de Trindade - HUTRIN, duas enfrentam problemas com a justiça por suspeita de desvio de recursos públicos durante a gestão de outras unidades hospitalares em diversas unidades da federação. A disputa é para um contrato de mais de R\$ 120 milhões.
- Um dos participantes, o Instituto IMED, responde a diversos inquéritos no estado do Amazonas sob suspeita de superfaturamento de contratos, não cumprimento de metas e suspeita de corrupção na contratação com empresas pertencentes a servidores públicos.
- O instituto CEM sofreu recentemente intervenção no contrato celebrado com o município de Ribeirão Pires - SP. Nos dois casos, a coluna tem os links com as denúncias.
- Cabe ao Estado exigir a lisura de quem busca cuidar da saúde da população. E evitar problemas futuros para o governador Ronaldo Caiado.

OPÇÃO (15/08)



Indenização

Ação do MP contra Enel atesta irregularidades no fornecimento de energia

15/08/2019 15:26 --- Por Leicilane Tomazini ---

Promotora de Justiça Maria Cristina de Miranda solicitou indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 5 milhões



Foto: Divulgação

O Ministério Público de Goiás (MP-GO) ingressou com ação contra a Enel por irregularidades no fornecimento de energia elétrica em Goiás. Foi requerida a liberação de cargas solicitadas pelos consumidores, no prazo de 60 dias, e a adoção de medidas operacionais que reflitam na melhoria da qualidade do fornecimento do serviço.

A promotora de Justiça Maria Cristina de Miranda solicitou, ainda, indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 5 milhões, a ser revertida ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor.

Segundo o MP, tem sido verificada a baixa qualidade de energia elétrica em Goiás, bem como a falta de carga disponível para novas instalações e para aumento de carga das instalações já existentes, o que tem gerado prejuízo aos consumidores e ao desenvolvimento do Estado.

Outro ponto do processo consiste no fato de "é o frequente descumprimento da Enel dos índices regulatórios da Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e da Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), que são parâmetros usados para medir a qualidade da energia elétrica fornecida por determinada

OPÇÃO (15/08)



concessionária”.

A promotora salienta que os limites definidos pela Aneel não estão sendo atendidos. E que o órgão, inclusive, emitiu nota técnica, ainda em 2017, constatando que os limites estavam significativamente acima dos limites regulatórios, bem como a empresa não tinha cumprido os preceitos estabelecidos para as ações de gestão para melhoria dos indicadores de qualidade. Maria Cristina demonstrou, ainda, o desempenho da Enel, desde então até 2019, verificando a “má qualidade dos serviços prestados na área de concessão da empresa em Goiás”.

Em nota, a empresa disse não ter sido notificada ainda:

A Enel tem feito todos os esforços para recuperar o sistema elétrico do Estado de Goiás e reverter a situação crítica encontrada ao adquirir a distribuidora. Além de reforçar os investimentos, a companhia está atuando com base em um plano de ação acompanhado pelo regulador para avançar cada vez mais na melhoria da qualidade do fornecimento e no aumento da capacidade instalada de energia em Goiás.

Desde que assumiu o controle da distribuidora em 2017, após décadas de subinvestimento, a empresa investiu 3,5 vezes mais do que a média anual no período em que a empresa era estatal. Como resultado destes fortes investimentos, o DEC (índice de duração média das interrupções de energia) e o FEC (índice de frequência média das interrupções) melhoraram 21% e 39%, alcançando os melhores índices históricos da companhia. A Enel tem compromisso com os consumidores e vai continuar investindo para melhora constante do fornecimento de energia no Estado.

OPÇÃO (15/08)



Fiscalização

Bolsonaro determina suspensão do uso de radares móveis nas rodovias

15/08/2019 09:11 --- Por Felipe Cardoso ---

Despacho da presidência da República foi publicado na manhã desta quinta-feira



Reprodução/Blog Carros

Foi publicado, na manhã desta quinta-feira, 15, no Diário Oficial da União (DOU) a decisão do presidente Jair Bolsonaro que determinou a suspensão do uso de radares móveis de fiscalização e controle de velocidade nas rodovias federais. A medida já foi comunicada ao Ministério da Justiça, responsável pela Polícia Federal (PRF).

O presidente já havia dado sinais de que tomaria esta decisão. Na semana passada, Bolsonaro falou rapidamente sobre o assunto e chegou a considerar o uso dos radares um assalto aos brasileiros.

O objetivo do presidente é, segundo o despacho, evitar o desvirtuamento do caráter pedagógico e a utilização "meramente arrecadatória" desses equipamentos. O despacho da presidência não abrange os radares fixos. Portanto, estes continuarão operando normalmente nas rodovias federais.



GO e RS foram Estados que mais maquiaram os gastos

DESPESA COM PESSOAL Divergências nos cálculos envolvem deduções nos custos previdenciários além do recomendado pela STN, exclusão do gasto com pensionistas e retirada do Imposto de Renda

Fabiana Pulcinelli
fabiana.pulcinelli@opopular.com.br

Gois e Rio Grande do Sul foram os Estados que mais "maquiaram" gastos com pessoal no País, com alterações na legislação que permitiram uma metodologia diferente daquela considerada pelo Ministério da Economia. A informação consta em relatório divulgado na quarta-feira (14) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Em um capítulo específico do Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2019, a STN aponta três principais categorias responsáveis pelas divergências no cálculo de despesa com pessoal: deduções nas despesas previdenciárias além do que é recomendado pelo Tesouro Nacional, exclusão do gasto com pensionistas e retirada do Imposto de Renda (IR).

Gois e Rio Grande do Sul foram os únicos Estados que optaram pelos três itens. As mudanças na contabilidade foram feitas nos governos de Marconi Perillo (PSDB), especialmente por meio da emenda constitucional número 55 de 2017.

Na época da tramitação das propostas na Assembleia Legislativa, a gestão tucana e aliados alegavam que vários outros Estados também excluíam os gastos de pensionista e IR no cálculo de pessoal. Os dados do relatório do Tesouro Nacional mostram que não é bem assim: fora os dois já citados, nenhum Estado optou pelas duas exclusões. Apenas cinco Estados aplicaram mudanças na contabilidade, optando por apenas um dos dois itens.

Sete Estados seguem a metodologia do Tesouro Nacional e não adotaram nenhuma das três alternativas que amenizam os gastos com funcionalismo. Entre eles está o Espírito Santo, único do País com nota A em capacidade de pagamento avaliada no mesmo boletim da STN.

A mudança na contabilidade é uma estratégia para não sofrer sanções previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece limite de 60% da receita corrente líquida em despesas com pessoal.

No dia 5, O POPULAR mostrou estudo do Ministério da Economia, com base em dados de 2017, que destacou que a metodologia diferente de

Gois mascarou a crise fiscal do Estado. Naquele ano, o Estado teve despesas de 58,37% com funcionalismo, já ultrapassando o limite de alerta da LRF. A equipe econômica do governo federal afirma que, se os Estados em alerta já tivessem feito a conta certa e cumprido as exigências para controlar as despesas, não haveria a situação mais grave no ano seguinte.

No cálculo da STN divulgado quarta-feira, já com dados atualizados de 2018, Gois ultrapassou em muito o limite total da LRF, comprometendo 65,52% da receita corrente líquida com pessoal. Nos dados oficiais do Estado, levando em conta a legislação local, o gasto cai para 54,67%.

RRF

O governador Ronaldo Caiado (DEM) disse ontem que os dados divulgados pelo Tesouro Nacional na nova edição do boletim de finanças "comprova a necessidade de sermos atingidos rapidamente pelo Regime de Recuperação Fiscal". "Mesmo com todo esforço, não estamos conseguindo investir, e isso mostra a necessidade de sermos rapidamente atendidos", afirmou ao POPULAR durante a missa solene no distrito de Muquem, em Niquelândia.

Caiado voltou a reclamar da herança deixada pelas gestões do PSDB. "Estamos dentro das condições para termos acesso ao RRF. Tanto é que tivemos decisão do Supremo para tal. Esta continuidade do Estado de Gois nesta situação (nota C), ainda impedido de contrair empréstimo, é em decorrência do colapso, do vandalismo administrativo que foi implantado no Estado. Não é possível recuperar em seis meses um processo de 20 anos que dizimou a economia", afirmou o governador.

Conforme mostrou ontem O POPULAR, Gois é o único dos quatro Estados que pediram adesão ao RRF a ter nota C no rating da STN. Os demais - Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul - estão em situação mais grave, com nota D.

O relatório também informou que houve missão técnica da STN com a Secretaria Especial da Previdência e o Estado de Gois no dia 2 de agosto para início da construção do plano de recuperação fiscal. Segundo o documento, o governo federal aguarda agora envio de diagnóstico por parte do Estado. (Colaborou Karla Araújo)

Maquiagem nos dados

Metodologia de cálculo de despesa com pessoal implantada pelos Estados (referência 2018)

UF	Deduz valores de benefício previdenciários não previstos pelo Tesouro Nacional?	Exclui os pensionistas do cálculo da despesa com pessoal?	Exclui valores de Imposto de Renda da despesa bruta?
AC	SIM	NÃO	NÃO
AL	NÃO	NÃO	NÃO
AM	NÃO	NÃO	NÃO
AP	NÃO	NÃO	NÃO
BA	SIM	NÃO	SIM
CE	SIM	SIM	NÃO
DF	SIM	SIM	NÃO
ES	NÃO	NÃO	NÃO
GO	SIM	SIM	SIM
MA	SIM	NÃO	NÃO
MG	SIM	NÃO	NÃO
MS	SIM	NÃO	NÃO
MT	SIM	NÃO	NÃO
PA	SIM	NÃO	NÃO
PB	SIM	NÃO	SIM
PE	SIM	NÃO	NÃO
PI	SIM	NÃO	NÃO
PR	SIM	NÃO	NÃO
RJ	SIM	NÃO	NÃO
RN	SIM	NÃO	NÃO
RO	NÃO	NÃO	NÃO
RR	NÃO	NÃO	NÃO
RS	SIM	SIM	SIM
SC	NÃO	NÃO	SIM
SE	NÃO	NÃO	NÃO
SP	SIM	NÃO	NÃO
TO	SIM	NÃO	NÃO

Fonte: Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais 2019, da Secretaria do Tesouro Nacional / Ministério da Economia





MP aciona Enel pela qualidade do serviço prestado no Estado

ENERGIA ELÉTRICA Ação civil pública dá prazo de 60 dias para adoção de melhorias e pede indenização em razão de dano moral coletivo no valor de R\$ 5 milhões

Katherine Alexandria
katherine.alexandria@opopular.com.br

A qualidade do serviço de distribuição de energia prestado pela Enel em Goiás e as dificuldades para a liberação de novas cargas é alvo de mais uma ação civil pública do Ministério Público de Goiás (MP-GO). Dessa vez, a promotora de Justiça Maria Cristina de Miranda solicitou a adoção de medidas operacionais que reflitam na melhoria do fornecimento.

No mérito da ação proposta este mês, pediu indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 5 milhões, a ser revertida ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor. Também houve o requerimento de liberação de cargas solicitadas pelos consumidores no prazo de 60 dias.

A promotora argumenta que a baixa qualidade e a falta de capacidade para atender expansões ou a instalação de novos empreendimentos têm gerado prejuízo aos consumidores e ao desenvolvimento econômico do Estado. Isso pois as novas instalações têm demorado grandes períodos, por falta de carga disponível na rede de energia elétrica. Ela cita que há casos em que a Enel Distribuição Goiás pede mais de um ano de prazo.

O descumprimento frequente dos limites definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para os índices de duração da interrupção do fornecimento de energia (DEC) e a frequência (FEC) com que ocorrem também são abordados pelo processo. Os mesmos pontos são cobrados pelo governo esta-

dual e objeto de acordo que envolve a União e será anunciado ainda este mês (*leia ao lado*).

Em resposta sobre a ação do MP-GO, a Enel Distribuição Goiás informou à reportagem que não foi notificada. Reforçou que “tem feito todos os esforços para recuperar o sistema elétrico do Estado de Goiás e reverter a situação crítica encontrada ao adquirir a distribuidora”.

A companhia explica que atua com base em um plano de ação acompanhado pelo regulador para avançar na melhoria da qualidade do fornecimento e no aumento da capacidade instalada de energia em Goiás.

Desde que assumiu o controle da distribuidora em 2017, a empresa afirma que investiu 3,5 vezes mais do que a média anual anterior à privatização.



Diomício Gomes



Técnicos da Semad fazem medição no Rio Meia Ponte, perto da Estação de Captação; força-tarefa realiza ações para verificar consumo de água na parte alta da bacia hidrográfica

Vazão tem queda brusca em 7 dias

MEIA PONTE Ponto de captação tem diminuição, no comparativo da média das duas últimas semanas, equivalente ao consumo de Anápolis. Monitoramento indica nível crítico 2

Catherine Moraes
catherine.moraes@opopular.com.br

Carla Guimarães
carla.guimaraes@opopular.com.br

A vazão média do Rio Meia Ponte no ponto de captação da Saneago em Goiânia diminuiu 926 litros por segundo (l/s) nos últimos sete dias. O escoamento é o suficiente para abastecer a terceira cidade mais populosa de Goiás: Anápolis, a cerca de 60 quilômetros da capital.

A média das vazões entre os dias 2 e 8 de agosto foi de 3.752 l/s enquanto a calculada entre a última sexta-feira (9) e ontem (15) chegou a 2.826 l/s, de acordo com dados da Sala de Situação, disponível no site da Saneago. O valor indica nível crítico 2, ou seja, vazão inferior a 3.300 l/s. Atualmente, a vazão do Rio Meia Ponte está classificada no grau 1 de criticidade.

Entre os quatro principais mananciais de superfície que abastecem a região metropolitana de Goiânia, o rio é apresentado em

plano de racionamento da Saneago como o único com risco de redução de vazão.

De acordo com o documento, a ausência de controle de retirada de vazão do manancial, planejamento urbano ineficiente, falta de gestão dos usos na bacia e a redução de chuvas na localidade levaram o manancial à situação crítica em relação ao abastecimento público, especialmente em 2017. Nesse ano, consta no plano de racionamento (*veja quadro*) que a vazão disponível na captação para abastecimento do rio, em seu momento mais crítico, chegou a 880 l/s. O montante é quase três vezes menor do que a companhia tem outorgado para captação: 2.300 l/s.

A empresa informa que devido às peculiaridades do manancial, a captação é direta e, portanto, é imprescindível o controle e monitoramento da bacia hidrográfica pelas autoridades responsáveis.

No documento a companhia exemplifica que, em 14 de agosto de 2017, o escoamento no ma-

nancial no ponto de captação para abastecimento atingiu uma vazão de chegada estimada em 2.560 l/s, praticamente sem vertimento a jusante, culminando na publicação de decreto de escassez hídrica para priorizar o abastecimento público até a regularização da vazão. Já em 2018, mesmo com redução, segundo a climatologia, de 20% no volume de chuvas, em razão das ações de fiscalização intensiva realizada pela Secretaria de Meio Ambiente, na mesma data a vazão foi de 3.650 l/s. Neste ano, no dia 14 deste mês, a medição foi de 2.606 l/s.

Conforme citado no plano, embora pontualmente a situação atual esteja melhor que a observada em 2017, quando se compara a média de vazão anual, o cenário é muito semelhante. A empresa pontua que dentre as ações necessárias destaca-se a fiscalização intensiva pela Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad Goiás), visando a eliminar usos irregulares e não outorgados.

“É muito importante que a água chegue para todos os usuários (da bacia), seja na cidade, seja para os produtores”

Andréa Vulcanis,
secretária da Semad

Desde ontem, as obtenções de água para irrigação no alto do rio, acima do ponto de captação, só podem ser realizadas exclusivamente entre às 20 e 6 horas.

Caso a Semad emita nota técnica considerando a vazão inferior a 3.300 litros por segundo entre os dias 9 e 15 deste mês, os usos outorgados deverão reduzir a vazão autorizada em 50%. “Estamos muito próximo do nível crítico 2, mas estamos ten-

tando retardar a entrada neste nível. É muito importante que a água chegue para todos os usuários, seja na cidade, seja para os produtores”, pontuou a secretária Andréa Vulcanis.

A determinação de limitar o horário de irrigação consta na Portaria 179/2019, publicada no Diário Oficial do Estado e vale até o dia 15 de outubro, inclusive para irrigação proveniente de barramentos e reservatórios.

MONITORAMENTO

Na manhã de ontem, a Semad realizou monitoramento do Meia Ponte com medição da vazão do manancial. A secretária Andréa Vulcanis, após um sobrevoo no rio, afirmou que foi possível identificar produtores fazendo a captação às 11h. O horário não é mais permitido, mas, segundo a pasta, inicialmente os produtores serão comunicados antes de serem autuados, por exemplo. Andréa afirma que irá orientar quem não teve acesso à publicação e acredita em uma reversão do quadro.



Plano de racionamento

A possibilidade de rodízio no fornecimento de água é uma das ações previstas em documento elaborado pela Saneago, que ainda precisa de aprovação

QUANDO ACONTECERIA



Vazão do Rio Meia Ponte abaixo de **1.500 l/s**

COMO SERIA



Primeiro dia:
Abastecimento interrompido

Segundo dia:
Abastecimento liberado, mas em estabilização

Terceiro dia:
Abastecimento liberado (regularizado)

EM QUAIS REGIÕES



Meia Ponte Norte:
148 localidades*

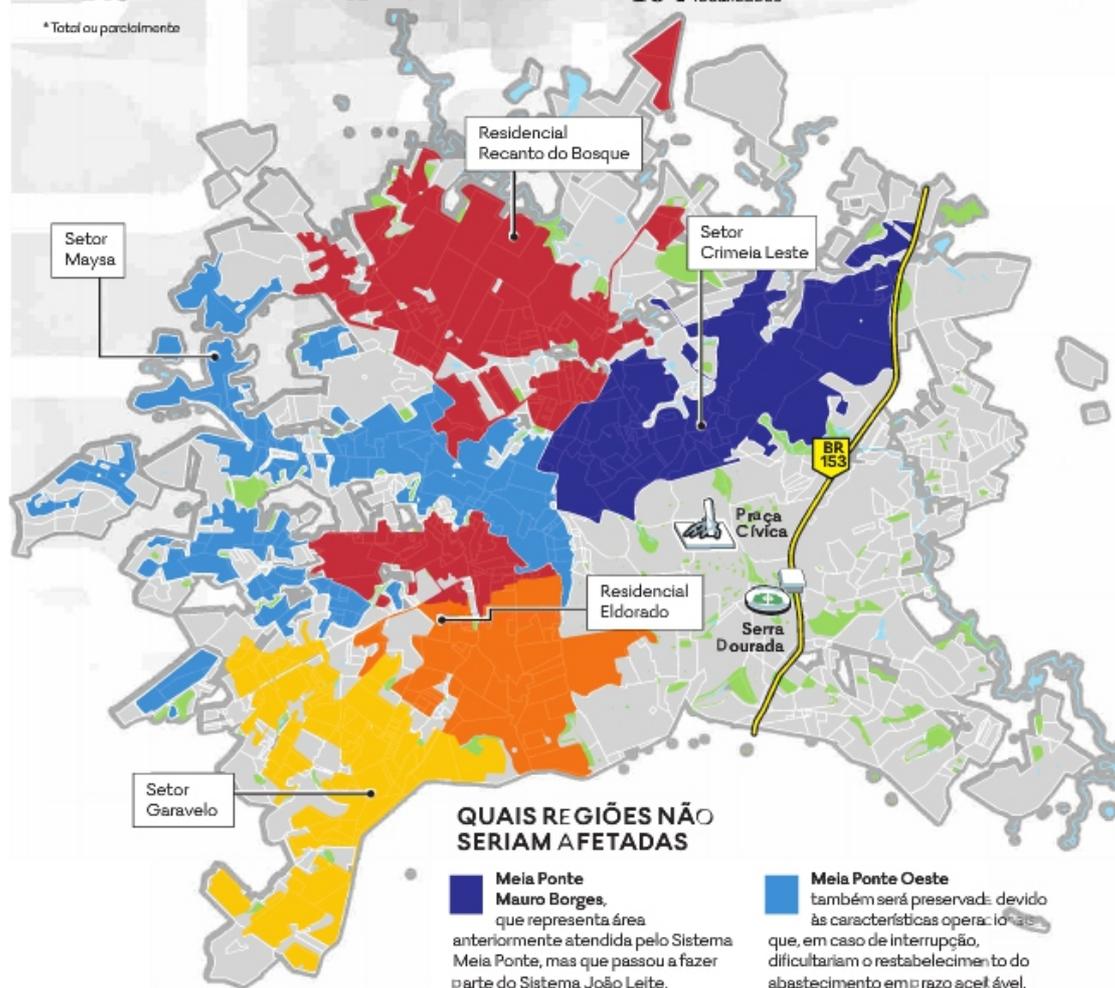


Meia Ponte Sudoeste:
47 localidades*



Meia Ponte Sul:
104 localidades*

* Total ou parcialmente



INTERVENÇÕES PREVISTAS



Redução de pressão na rede de distribuição de água — medida já adotada tecnicamente pela Saneago para reduzir perdas, porém não será aplicada no período de racionamento



Rodízio do fornecimento de água entre regiões, zonas ou bairro de localidades abrangidas e abastecidas pelo mesmo sistema produtor Rio Meia Ponte



Paralisação ou interrupção parcial do sistema de abastecimento com vistas à redução da oferta de água numa determinada região



Incremento de ações e medidas de incentivo à redução de consumo



Manobras, acionamento ou desligamento de conjuntos motobomba, que poderão ser realizadas em unidades operacionais diversas, tais como elevatórias, válvulas e registros em redes de distribuição ou nas áreas dos reservatórios, visando o rodízio no abastecimento de água às regiões alcançadas

PRAZO PARA COMUNICAÇÃO

Se forem adotadas as medidas de rodízio, a Planilha de Rodízio de Bairros será atualizada e amplamente divulgada com antecedência de 48 horas, demonstrando as regiões a serem atingidas e os períodos de paralisação e/ou intermitências do abastecimento de água



OSS não cumpre meta no HUTRIN

A informação foi apresentada ontem no relatório elaborado pela Comacg da Secretaria de Saúde

Venceslau Pimentel
Especial para O Hoje

A Organização Social de Saúde (OSS) Instituto de CEM - Centro Hospitalar de Atenção e Emergências Médicas, responsável pelo gerenciamento do Hospital Estadual de Urgências de Trindade Walda Ferreira dos Santos (HUTRIN), não cumpriu integralmente as metas de produção assistencial, relativas ao período de 27 de novembro de 2018 a 28 de fevereiro de 2019.

É o que mostra relatório elaborado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação dos Controles de Gestão (Comacg) da Secretaria de Estado de Saúde, que chegou ontem à Assembleia Legislativa. A unidade enviou todos os Relatórios descritos nos Indicadores de Qualidade, estabelecidas no Contrato de Gestão.

No período, o relatório diz que foram repassados à OS, R\$ 5.297.141,13, e que de acordo com os dados transmitidos, confrontando com a movimentação ocorridas nas respectivas contas bancárias, os gastos de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019 totalizaram R\$ 3.502.511,48.

O relatório apresenta os resultados obtidos no período

citado e refere-se à produção assistencial (parte fixa), indicadores de qualidade (parte variável) e indicadores de desempenho e qualidade hospitalar, analisados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão (COMACG). Os dados relativos aos recursos financeiros, demonstrado pelo fluxo de caixa, foram analisados pela Coordenação de Acompanhamento Contábil (CAC).

De acordo com o relatório de execução, a Gerência de Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos de Gestão (GEFIC) da Secretaria utiliza

os sistemas eletrônicos de informação para avaliação de resultados. São eles: Sistema de Prestação de Contas Econômico Financeiro (SIPEF), para controle financeiro e contábil da execução contratual; Sistema ARGOS - Monitoramento em Saúde; e Sistema de Gestão de OS (SIGOS), para monitoramento de resultados assistenciais e dos indicadores de qualidade.

Destaca que os dados de produção, relacionados à parte fixa utilizados para elaboração do Relatório foram enviados eletronicamente (via e-mail) pela OS, em virtude do sistema ARGOS ainda se encontrar em fase de ajuste. Os dados da parte qualitativa estão inseridos no sistema SIGOS. "A Organização Social de Saúde (CEM) não cumpriu integralmente as metas de produção assistencial, parte fixa no período avaliado", reitera o documento que agora passar pela avaliação dos deputados.

O item que trata da produção assistencial, tabela 1, apresenta o total de saídas hospitalares, atendimento de urgência/emergência e consultas ambulatoriais, realizado no período avaliado, comparativamente ao estabelecido ao contrato de gestão. O relatório aponta que a Organização Social não cumpriu a meta de internação (saídas hospitalares), ficando -30,49% inferior à meta planejada, extrapolando a margem de variação permitida pelo Contrato de Gestão (15% ao centro da meta).

"Os atendimentos de urgência e emergência registraram números inferiores ao previsto no Contrato de Gestão, ficando -26,98% abaixo da meta contratada para o período", diz o relatório. Informa ainda que a Produção de Atividade Am-



A Secretaria Estadual de Saúde apresentou o relatório à Assembleia Legislativa ontem

bulatorial no Hutrin não atingiu a meta semestral estipulada no Contrato de Gestão, com volume de produção -18,37% inferior ao contratado, conforme aponta a tabela número 1.

No que se refere aos indicadores de qualidade, o relatório explica que o Contrato de Gestão estabelece que 10% do valor global do orçamento estão vinculados ao cumprimento de metas relativas à avaliação da qualidade dos serviços apresentados, denominado parte variável. Esses indicadores são definidos de acordo com o perfil de cada unidade hospitalar, são monitorados mensalmente, avaliados a cada trimestre e compõem os relatórios de execução semestrais.

Os indicadores da parte variável definidos para o HUTRIN incluem Autorização de Internação Hospitalar - AIH (25%), Atenção ao Usuário (25%), Acolhimento com Classificação de Risco - ACCR (25%) e Taxa de Suspensão de Cirurgia Eletiva (25%). "A OS cumpriu as exigências relativas às metas de qualidade descritas nos Indicadores da Parte Variável do Contrato de Gestão no período analisado", destaca.

Houve um descompasso entre os dados que a Gestão apresentou

Outra observação do relatório diz que o HUTRIN apresentou 764 AIH's, frente a 871 saídas hospitalares, no período. Ou seja, a unidade obteve mais saídas hospitalares do que AIH's apresentadas. Informa que em reunião trimestral realizada em 30 de abril de 2019, o Instituto CEM informou que esta divergência ocorre em razão do descompasso existente no processo de emissão, autorização e seu processo de faturamento.

Considerando o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informação Hospitalar do SUS, que define que a validade da AIH é de no máximo três competências anteriores à competência de apresentação, o relatório frisa que, após análise técnica da Coordenação de Monitoramento e Fiscalização dos Contratos de Gestão (COMFIC), manifestou-se favorável quanto s considerações apresen-

tadas pela OS.

Quanto ao Serviço de Atenção ao Usuário, no que se refere à pesquisa de satisfação do usuário, o documento aponta que a meta é a resolução de 80% das queixas recebidas e o envio do relatório consolidado de pesquisa de satisfação. Observa que o Instituto CEM apresentou uma média de 80% de resolução de queixas recebidas, cumprindo a meta.

Na conclusão, a Comissão de Monitoramento e Avaliação dos Contratos de Gestão demonstra que o HUTRIN não cumpriu as metas de Produção, para esse semestre, obtendo resultado inferior ao

contratado, fora da margem permitida no contrato que é de 15% ao centro da meta, portanto, passíveis de reajuste financeiro a menor. Já a meta dos indicadores da parte variável foi alcançada.

Os atendimentos são inferiores ao previsto no contrato



UEG

Governo pretende reduzir o orçamento

Dayrel Godinho

Especial para O Hoje

Durante esta semana de trabalhos na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) os líderes do Governador Ronaldo Caiado (Democratas) na Casa, Bruno Peixoto (MDB) e Zé Carapô (DC), utilizaram a Tribuna da Casa para discutir uma proposta do Executivo que deve incluir o orçamento da Universidade Estadual de Goiás (UEG) dentro dos 25% destinados à Educação, ou se continuarão como está, com os 2% constitucionais, diretos para a Universidade.

Durante a sessão ordinária de ontem, o líder do governo defendeu o projeto afirmando que o projeto é importante para que “a UEG seja considerada integrante do sistema educacional”. Durante o seu discurso o emedebista defen-



Marcos Kennedy

A liderança adianta que o projeto será debatido no semestre

deu que o orçamento da Universidade seja atribuído aos 25% destinados Constitucionalmente à Educação.

“É preciso entender a importância dessa proposta. A UEG produz para o Estado conhecimento, estando integrada à Educação como um corpo único, com orça-

mento mínimo de 2% do total. É o que está previsto em nossa PEC”, argumentou antes de reafirmar que a medida não trará qualquer prejuízo à UEG.

“Não entendo o porquê do ‘não’ da oposição. Esse projeto vem para melhorar e contribuir; estamos sendo van-

guardistas. Sabemos que o governo passado não investiu sequer 21% de seu orçamento na Educação”, afirmou. “Temos que ter responsabilidade. Não podemos trabalhar com uma Constituição elaborada há mais de 20 anos. Precisamos modernizar”.

‘Vice-líder’

Seguindo o mesmo alinhamento do líder, Zé Carapô fez o mesmo pronunciamento na última terça-feira (15). Ele adiantou que esta seria uma das principais pautas do Governo neste semestre.

Zé Carapô afirmou que a pauta será bastante debatida ao longo do semestre, que, segundo o vice-líder, já estão bastante avançadas. O deputado destacou que há duas discussões: a dos 2% para a UEG dentro dos 25% da Educação, ou se o percentual ideal

seria o percentual como está. “Porque nós sabemos que a instituição não cabe dentro do seu orçamento”, afirmou Carapô.

Oposição

O debate sobre a pauta tem se acalorado, como o próprio ‘vice-líder’ previu em seu discurso. O líder da oposição, Talles Barreto (PSDB), um dos que mais se posiciona contra o projeto, afirma que é um erro do Governo estadual. “Não acredito que o Zé Carapô afirma que o projeto será debatido na Casa”, criticou o tucano.

“Você está tirando R\$ 400 milhões da Educação de Goiás”, e citou o ensino básico como o principal prejudicado com uma futura alteração, e afirmou que, caso o debate se consolide pela aprovação, a UEG vai “acabar”.